

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina PAIS - Complexo Hospitalar Irmã Dulce

CNPJ nº 61.699.567/0090-68

Nota da Administração



Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléa dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - PAIS - Complexo Hospitalar Irmã Dulce** que integra a S.P.D.M.. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal, Administrativo e Assembléa Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 26 inciso VIII, submetemos à apreciação de V. S.<sup>as</sup> o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Conforme artigo 1º do Estatuto Social, a SPDM, proprietária do Hospital São Paulo, originalmente denominada Escola Paulista de Medicina, constituída por escritura pública de 26/06/1933, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública Estadual e Municipal, regida por seu estatuto e legislação aplicável. A SPDM tem como objetivos manter e gerenciar o Hospital São Paulo, hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e demais instalações, bem como gerenciar ou assessorar outros hospitais, centros de promoção, prevenção e assistência à saúde e unidades afins. A diretriz primordial da Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Ainda faz parte das diretrizes, promover e manter o ensino e a pesquisa, básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Através de cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências, produzir, comercializar e disponibilizar material didático e científico nas áreas de atuação. A gestão da Entidade é baseada no sistema de governança corporativa e na condição de entidade filantrópica, apesar das demandas crescentes por atendimentos e da escassez de recursos, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Órgão deliberativo da SPDM, o Conselho Administrativo, além de outras atribuições, apresenta ao Conselho Fiscal, análise de

resultados que inclua prestação de contas, balanço Patrimonial da SPDM e quadros comparativos com exercício anterior. Objetivando fiscalizar e acompanhar as atividades da Associação, o Conselho Fiscal é responsável pela aprovação do balanço apresentado pelo Conselho Administrativo. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Assim, a Instituição contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldada por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade com o inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social e Educação, a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, oferecendo ainda na área Educação, cursos de graduação, pós-graduação Latu Senso (MBA-Especialização), cursos de extensão - cursos livres e também a gestão de Centros de Educação Infantil. São Paulo, 28/02/2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2019
<b>Ativo</b>	<b>159.489.343,71</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.285.560,89</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.236,69
Bancos conta Movimento (nota 4.1)	2.234.324,20
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	155.219.271,11
<b>Cliente e Outros Recebíveis</b>	<b>153.796.057,32</b>
<b>Clientes</b>	<b>153.796.057,32</b>
Prefeitura Município Praia Grande (nota 4.3)	1.423.213,79
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.423.213,79</b>
Adiantamentos e outros créditos (nota 4.5)	7.379,63
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>7.379,63</b>
Despesas Antecipadas (nota 10)	1.977.132,08
<b>Estoques</b> (nota 4.6)	<b>1.977.132,08</b>
Materials utilizados no Setor de Farmácia	918.924,02
Materials de Almoarifado	1.058.208,06
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>426.302.809,74</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>417.632.006,81</b>
Valores a Receber (nota 4.4)	9.000.313,56
<b>Ativo Imobilizado Terceiros</b>	<b>9.000.313,56</b>
Imobilizado - Bens de Terceiros (4.20)	(329.510,63)
<b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros</b>	<b>(329.510,63)</b>
Bens Terceiros (4.20)	585.792.153,45
<b>Total do Ativo</b>	<b>585.792.153,45</b>
<b>Passivo</b>	<b>160.894.484,99</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.480.355,74</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>3.480.355,74</b>
Fornecedores Nacionais	2.029.442,08
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>2.029.442,08</b>
Serviços de Terceiros P. Jurídica	8.320.316,95
<b>Serviços Próprios</b>	<b>8.320.316,95</b>
Salários a Pagar	2.188.123,01
Contribuições a Recolher (nota 4.11)	610.841,17
Provisão de Férias (nota 4.8)	4.536.575,55
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 4.8)	362.742,28
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	132.304,98
Impostos a Recolher (nota 4.12)	281.517,07
Benefícios	208.212,89
<b>Tributos</b>	<b>525.523,43</b>
Obrigações Tributárias	525.523,43
<b>Conta a Pagar / Valores De Terceiros</b>	<b>146.538.846,79</b>
Cheques Emitidos a Compensar	1.783.536,65
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 5.2)	143.413.583,24
Outras Contas a Pagar	6.667,29
Diversos a Pagar SPDM	1.250.000,00
Estrutura Unidades	85.059,61
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>424.897.668,46</b>
<b>Recursos Convênios Em Execução</b>	<b>424.897.668,46</b>
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 4.20)	9.000.313,56
Ajuste vida útil econômica- Bens de terceiros (nota 4.20)	(329.510,63)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.10 e 4.13)	8.335.921,53
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 5.3)	407.890.944,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>585.792.153,45</b>
<b>Patrimônio Líquido</b> (Nota 6)	<b>0,00</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>585.792.153,45</b>

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2019
<b>(-) Receita Bruta de Serviços</b>	<b>165.836.770,64</b>
<b>(+) Serviços</b>	<b>159.435.831,41</b>
Contrato de Gestão nº 141/18	144.723.098,19
Isenção Usufruída (nota 8)	14.712.050,61
Trabalhos Voluntários (nota 8.1)	682,61
<b>(+) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>6.400.939,23</b>
Estrutura SPDM	6.400.939,23
<b>(-) Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	<b>165.836.770,64</b>
<b>(+) Outras Receitas</b>	<b>334.613,17</b>
<b>(+) Receitas Gerais</b>	<b>334.613,17</b>
Outras Receitas	210.891,61
Descontos Recebidos	91.180,97
Financeiras	11.770,99
Doações Recebidas	20.769,60
<b>(-) Receita Líquida</b>	<b>166.171.383,81</b>
<b>(-) Custos Operacionais</b>	<b>145.381.784,23</b>
<b>(-) Serviços</b>	<b>106.651.747,36</b>
(-) Pessoal Serviços Próprios	54.009.873,77
(-) Serviços de Terceiros	54.009.873,77
<b>(-) Custos com Mercadorias</b>	<b>18.806.168,04</b>
(-) Medicamentos e Materiais	18.806.168,04
<b>(-) Tributos</b>	<b>4.126,29</b>
(-) Impostos Taxas e Contribuições	4.126,29
<b>(-) Gratuidades</b>	<b>13.136.742,92</b>
(-) Isenção Usufruída (nota 8)	13.136.742,92
<b>(-) Outros Custos Operacionais</b>	<b>6.782.999,62</b>
(-) Custos Financeiros	58.371,98
(-) Custos Bens Permanentes de Terceiros	6.724.627,64
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	<b>20.789.599,58</b>
<b>(-) Serviços</b>	<b>8.450.826,17</b>
(-) Pessoal Serviços Próprios	4.704.223,02
(-) Serviços de Terceiros	3.745.920,54
(-) Trabalho Voluntário (nota 8.1)	682,61
<b>(-) Despesas com Mercadorias</b>	<b>1.956.201,14</b>
(-) Medicamentos e Materiais	1.956.201,14
<b>(-) Tributos</b>	<b>524,36</b>
(-) Impostos Taxas e Contribuições	524,36
<b>(-) Gratuidades</b>	<b>1.575.307,69</b>
(-) Isenção Usufruída (nota 8)	1.575.307,69
<b>(-) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>8.806.740,22</b>
(-) Despesas Financeiras	73.775,07
(-) Despesas Bens Permanentes de Terceiros	2.332.025,92
(-) Estrutura SPDM	6.400.939,23
<b>(-) Outras Despesas</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) Superávit / Déficit do Exercício</b> (nota 4.18)	<b>0,00</b>

### Demonstrativo de transferência - Posição 30/09/2019

SPDM-PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce	
CNPJ nº 61.699.567/0090-68	
<b>Ativo</b>	<b>617.439.869,00</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>202.987.631,36</b>
<b>Clientes</b>	<b>200.413.933,03</b>
Prefeitura Município da Estância de Praia Grande Irmã Dulce	190.101.420,12
Valores Em Negociação - Contrato Convênio	10.312.512,91
<b>Outros Créditos</b>	<b>757.542,70</b>
Outros créditos e adiantamentos	539.563,51
Antecipação de férias	217.671,73
Antecipações salariais	307,46
<b>Estoques</b>	<b>1.816.155,63</b>
Complexo Hospitalar de Praia Grande	1.816.155,63
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>414.452.237,64</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>407.890.944,00</b>
<b>Diversos Valores a Receber</b>	<b>407.890.944,00</b>
Convênios/Contratos públicos a receber	407.890.944,00
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>6.561.293,64</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>6.561.293,64</b>
Imobilizado - Bens De Terceiros	6.666.637,64
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros	(105.344,00)
<b>Total do Ativo</b>	<b>617.439.869,00</b>
<b>Passivo</b>	<b>202.987.631,36</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.185.661,71</b>
Fornecedores	(103.022,23)
Salários a pagar	(27.828,24)
Contribuições a recolher	4.396.175,72
Provisão de férias	352.487,87
Provisão FGTS sobre férias	1.702.552,62
Provisão para 13º salário	130.556,60
Provisão FGTS sobre 13º salário	8.129.224,50
Provisão de despesas com quitações	(2.506,18)
Impostos a recolher	189.595.652,41
Valores de Terceiros	6.666.637,64
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>414.452.237,64</b>
Obrigações - Bens Móveis de terceiros	(105.344,00)
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	407.890.944,00
Convênios/Contratos públicos a realizar	617.439.869,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>617.439.869,00</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>617.439.869,00</b>
<b>Custos e Despesas</b>	<b>116.995.334,15</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>42.069.935,17</b>
Pessoal e Serviços Próprios	41.539.497,72
Serviços de Terceiros	14.496.881,48
Materials	3.209,63
Tributos	12.111.281,43
Isenção Usufruída	6.774.528,72
Outros	4.707.326,29
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>4.707.326,29</b>
Serviços de Terceiros	2.433,60
Tributos	51,10
Isenção Usufruída	2.380,73
Outras Despesas Operacionais	4.702.460,86
<b>Total Custos e Despesas</b>	<b>121.702.660,44</b>
<b>Receitas</b>	<b>105.340.783,47</b>
Receitas Atividades Principais	4.080.846,53
Outras Receitas Operacionais	86.149,41
Receitas Financeiras	81.218,87
Receitas Diversas	12.113.662,16
Isenção Usufruída	121.702.660,44
<b>Total das Receitas</b>	<b>121.702.660,44</b>

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

**Superávit /Déficit do exercício/período** 0,00

**Varições nos ativos e passivos**

(Aumento) Redução em contas a receber (153.796.057,32)

(Aumento) Redução outros créditos (419.055.220,60)

(Aumento) Redução de despesas antecipadas (7.379,63)

(Aumento) Redução em estoques (1.977.132,08)

Aumento (Redução) em fornecedores 7.293.334,47

Aumento (Redução) nas doações e subvenções/ Contratos de gestão 559.640.448,77

Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões 10.187.567,28

Aumento (Redução) de Bens de Terceiros 8.670.802,93

Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento 0,00

**Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais** 10.956.363,82

**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**

(-) Adição de Bens de Terceiros (8.670.802,93)

**Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos** (8.670.802,93)

**Fluxos de caixa das atividades de financiamento**

**Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos** 0,00

**Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa** 2.285.560,89

**Saldo inicial de Caixa e equivalente** 0,00

**Saldo final de Caixa e equivalente** 2.285.560,89

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

**1- Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras:** A Entidade, SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce- CNPJ nº 61.699.567/0090-68 é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. Em 14/12/2018 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, assistida pela Secretaria de Saúde Pública, firmam o Contrato de Gestão nº 141/18 que destina-se a Gestão compartilhada nas atividades de assistência hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade, ensino, pesquisa científica, educação permanente e informatização integrada junto ao Sistema Único de Saúde. O Contrato de Gestão nº 141/2018 possui vigência de 60 meses, vigente até 01/01/2024, conforme processo administrativo nº 6.694/2018 com valor global de R\$ 691.990.710,02 e total de recursos financeiros previstos para ano 2019 de R\$ 148.136.118,02. No período de janeiro/2019 a setembro/2019, a execução deu-se através do CNPJ nº 61.699.567/0002-73, todos os fatos, tais como, movimentação financeira em conta corrente, registros contábeis e Demonstrações Contábeis, prestação de contas, centros de custos, foram realizados especificadamente e individualmente para o Contrato. Em 30/09/2019, com a abertura de seu respectivo CNPJ, os valores referentes à sua operacionalização foram transferidos, conforme quadro abaixo, ao CNPJ nº 61.699.567/0090-68 - SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

vado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléa Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce, também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infra-constitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14, estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de

continuação consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC-TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC-TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Valores em reais	R\$
Período	31/12/2019
Caixa e Saldos em Bancos	51.236,69
Aplicação Financeira de Curto Prazo	2.234.324,20
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.285.560,89</b>

**4.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade/Mês Taxa %	R\$ 31/12/2019
Banco Caixa Econômica Federal	Giro Empresas Renda Fixa REF DI Longo Prazo	0,34%	2.234.183,21
Banco do Brasil	Renda Fixa Curto Prazo Empresa A Ágil	0,33%	140,99
<b>Total</b>			<b>2.234.324,20</b>

**4.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso conforme estabelecido no Contrato. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valor Estimado - Rescisão de Contrato:** Valores provenientes do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. **4.5 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros), fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão. **4.6 - Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 1.977.132,08. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC-TG 16)).

Estoque 31/12/2019	Valores em Reais
Materiais utilizados no setor de Farmácia	918.924,02
Materiais de Almoxarifado	1.058.208,06
<b>Total</b>	<b>1.977.132,08</b>

**4.7 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10 - Outros Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Contrato de Gestão e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Contrato quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado - Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço.

4.11 - Contribuições a Recolher	31/12/2019
Contribuições a Recolher	278.703,99
INSS	331.470,16
FGTS	284,02
Contribuição FGTS sem Rescisão	383,00
Sindicato a recolher	610.841,17
<b>Total</b>	<b>610.841,17</b>

4.12 - Impostos a Recolher	31/12/2019
Imposto a Recolher	281.517,07
I.R.	281.517,07
<b>Total</b>	<b>281.517,07</b>

**4.13 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Bens Móveis	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
<b>Imobilizado Bens de Terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>2.333.675,92</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>0,00</b>	<b>2.333.675,92</b>
Aparelhos Equip. Utens. Méd. Odonto. Lab.	0,00	1.897.120,90
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00
Mobiliário em geral	0,00	436.555,02
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	0,00
Aparelhos de Medição	0,00	0,00
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00
Máquinas e Utensílios de Escritório	0,00	0,00
<b>Ajuste de vida útil</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>Depreciação do Período</b>	<b>Transferência/Baixa Depreciação</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos		
Odontológicos Laboratoriais	(192.716,65)	(93.195,06)
Equipamentos de Processamento de Dados	(11.356,69)	(5.724,72)
Mobiliário em geral	(13.478,66)	(4.197,39)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(26,25)	(26,25)
Aparelhos de Medição	(9,75)	(6,50)
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(6.575,00)	(2.191,67)
Máquinas e Utensílios de Escritório	(3,63)	(2,41)
	<b>(224.166,63)</b>	<b>(105.344,00)</b>

**5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, subvenções e contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através dos Contratos de Gestão representaram em 2019, 100% do total das receitas operacionais. **5.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de Contratos de Gestão/Convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda

a liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.14 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC-TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Os processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2019 era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 135.963.648,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2019, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 150.103,15. **4.15 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.16 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.17 - Outros Passivos Exigíveis (PIS):** No tocante a outros passivos exigíveis, em especial com relação às contribuições ao Programa de Integração Social - PIS, a entidade promoveu o ajustamento de ações em face da União Federal, visando à obtenção, junto ao Poder Judiciário, de decisões favoráveis que determinem a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes à Matriz e suas filiais. Destaca-se que se obteve êxito nessas demandas, com o reconhecimento de sua imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, no ano de 2019. **4.18 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC-TG 07), no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. O resultado do exercício "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. **4.19 - A influência da Resolução CFC 1409/12 (ITG 2002) na contabilização recursos públicos em relação aos Índices Financeiros:** A Contabilização dos recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão seguem, na SPDM, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral). De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos deste Contrato de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não preveem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo. Com relação aos índices financeiros em Entidades que tem majoritariamente esse tipo de recurso podemos observar em dois exemplos: **Índice de Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)** e **Índice de Endividamento Total = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total**, que a contabilização nos moldes do item 11 da ITG 2002, fará com que tais índices sejam sempre igual a 1, pois não há patrimônio tampouco resultado, seja ele deficitário ou superavitário. **4.20 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde - Complexo Hospitalar Irmã Dulce é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 141/2018 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

	31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2019
<b>Imobilizado Bens de Terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>2.333.675,92</b>	<b>0,00</b>	<b>6.561.293,64</b>	<b>8.670.802,93</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>0,00</b>	<b>2.333.675,92</b>	<b>0,00</b>	<b>6.666.637,64</b>	<b>9.000.313,56</b>
Aparelhos Equip. Utens. Méd. Odonto. Lab.	0,00	1.897.120,90	0,00	5.878.309,22	7.775.430,12
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	227.133,96	227.133,96
Mobiliário em geral	0,00	436.555,02	0,00	296.609,46	733.164,48
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00
Aparelhos de Medição	0,00	0,00	0,00	390,00	390,00
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	0,00	263.000,00	263.000,00
Máquinas e Utensílios de Escritório	0,00	0,00	0,00	145,00	145,00
<b>Ajuste de vida útil</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(105.344,00)</b>	<b>(329.510,63)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>Depreciação do Período</b>	<b>Transferência/Baixa Depreciação</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2019</b>	<b>Taxa Anual de Depreciação</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos					
Odontológicos Laboratoriais	(192.716,65)	(93.195,06)	(285.911,71)	7.489.518,41	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	(11.356,69)	(5.724,72)	(17.081,41)	210.052,55	20%
Mobiliário em geral	(13.478,66)	(4.197,39)	(17.676,05)	715.488,43	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(26,25)	(26,25)	(52,50)	997,50	10%
Aparelhos de Medição	(9,75)	(6,50)	(16,25)	373,75	10%
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(6.575,00)	(2.191,67)	(8.766,67)	254.233,33	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	(3,63)	(2,41)	(6,04)	138,96	10%
	<b>(224.166,63)</b>	<b>(105.344,00)</b>	<b>(329.510,63)</b>	<b>8.670.802,93</b>	

documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo sob a denominação de Convênios/Contratos públicos a realizar. No exercício de 2019, a Instituição SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce, recebeu um toque de caixa as Assistências Governamentais, descritas conforme abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0090-68	
Contrato	R\$
Contrato de Gestão 141/2018 - Complexo Hospitalar Irmã Dulce	128.232.876,06

**5.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo):** A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre o Contrato de Gestão, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante).

**6 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. **7 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 NBC-TG 107(R2), item 12 a 15 A, o Resultado do Exercício é "zero", face a exigência do reconhecimento em contas do resultado de receitas e despesas compensados em base sistemáticas. Desta forma, se houvesse apuração do resultado operacional, em 2019 a Instituição reconhecera como receita do "Cronograma de Desembolso" o montante de R\$ 148.229.617,60, e demais receitas (tais como rendimentos de aplicação e descontos recebidos) no valor de R\$ 376.571,12 e em comparação aos custos e despesas no total de R\$ 151.458.650,59, resultaria no déficit operacional de R\$ 2.852.461,87 no exercício de 2019. Considerando os descontos financeiros (5%) da verba estadual, bem como, os descontos de produção no total de R\$ 3.324.216,24, o resultado operacional do Contrato de Gestão é deficitário em R\$ 6.176.678,11. **8 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 27/04/2016 do Ministério da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 14.712.050,61. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. No exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade, passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre a folha de pagamento. **8.1 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2019 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período e o valor da hora é atualizado anualmente pelo INPC acumulado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2019 correspondeu a R\$ 682,61. **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC-TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC-TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC-TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma:

Nº Contrato	Complexo Hospitalar Irmã Dulce
<b>Descrição</b>	<b>Complexo Hospitalar Irmã Dulce</b>
Cirurgias	4.735
Consulta Médica	407.835
Consulta Outros Prof. Nível Superior	1.487
Exames	318.041
Paciente Dia	73.669
Pacientes em diálise (média mensal)	142
Partos Realizados	2.039
Procedimentos de Enfermagem	907.628
Saída Hospitalar	8.818

Fonte: TABNET SMS-SP; registro da unidade (\*). **12 - Relatório de Prestação de Contas:** A SPDM - PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contrato de Gestão nº 141/2018 que mantém com o Prefeitura de Praia Grande. Em 2019 os relatórios de Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

**Debora Melo Kiyaman** - Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6  
**Darlei Alves Freire** - Controladora - CRC -1SP 219.650/O-9  
**Mário Silva Monteiro** - Superintendente SPDM/PAIS  
**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**  
 Diretor-Presidente da SPDM



**continuação Ata de Reunião - Assembleia Geral Ordinária: Data: 23/04/2020 - 08h30min - Videoconferência.** Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte, às nove horas, em segunda chamada, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os(as) senhores (as) associados(as) da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, regularmente convocados (as). **Justificadas as ausências** dos (as) senhores associados (as): Prof. Dr. Clóvis Ruyichi Nakaie e Prof.ª Ruth Guinsburg. **Presentes os convidados:** Profs. Drs. Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, Dr. Anderson Ferraresi e Srs (as). Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Darlei Freire, Cleber Vieira da Silva, Vera Lúcia Silva, Thais Pinhão e os auditores da Audisa Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. Aprovegada a primeira sessão, sem o atingimento do quórum mínimo necessário, aguardou-se por trinta minutos, quando então foi aberta a sessão, de acordo com o disposto no inciso II do parágrafo 3º, do artigo 15, do Estatuto Social vigente, assumindo a Presidência da Reunião o Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, escolhido por unanimidade, que agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos, seguindo a ordem do dia: **1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior:** dispensada a leitura pelos presentes, em razão do envio prévio a todos (as) os (as) associados (as), foi aberta a votação, e a Ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e, após, houve a **2) Análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade o Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2019 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício.** Dr. Ronaldo informou que a presente reunião é ordinária, em cumprimento com os termos do Estatuto Social, e destina-se à análise e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal da SPDM que, conforme se desprende do Parecer disponibilizado, o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, aprovou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer/Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais, assim como foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Administrativo. Sra. Vera Lúcia iniciou a apresentação, expondo e explicando o relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopelli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva (HMPB), Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), Hospital Cantareira (CANTAREIRA), Hospital Lacan (LACAN), Hospital Municipal de Parelheiros (PARELHEIROS), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMF), Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza (BATA CINZA), Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib D. Jatene - Bata Branca (BATA BRANCA), Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza (SJC CINZA), Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro (HMOLC), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HOSP PEDRO), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz Mariana (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) Zona Leste (CEAC ZL), Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva (CAPS ITAP), Rede Assist. Supervisão Técnica da Saúde VI. Maria/VI. Guilherme (VL GUILHERME), o AME Maria Zélia (AME MZ), o AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVETIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Dr. Ronaldo ressaltou a importância de avaliação desses documentos pela Assembleia e, após esclarecimentos necessários por parte dos responsáveis pela Contabilidade, passou a palavra aos auditores da Audisa - Auditoria Independente, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer, sem ressalvas, e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. O Senhor Presidente agradeceu as explicações e, sem mais pedidos de esclarecimentos ou observações, colocou em votação o Parecer do Conselho Fiscal, que aprovou por unanimidade e sem ressalvas o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.019 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, restando aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente desta reunião. **Luciana Taborga - Secretária; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente.** (AME TABOÃO), e o AME Mogi das Cruzes (AME MOGI), Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvétia (HELVETIA), Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após apresentação, Dr. Ronaldo passou a palavra aos auditores da Audisa, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer sem ressalvas e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. Encerradas as apresentações e comentários. Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). Na área da Educação, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde (FACULDADE) e CEI-Centros de Educação Infantil. Na área da Assistência Social, a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de suas filiais Serv. de Reabilit. Lucy Montoro - Capital SP - Jd. Humaitá (JD HUMAITÁ) e o CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga (CTI IPIRANGA). Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Taborga, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. **Luciana Taborga - Secretária - Presidência da SPDM; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente - Diretor-Presidente da SPDM.** e Outras Drogas (CRATOD), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM (SAÚDE OCUP), Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VI. Mariana (CEAF VM), CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF Campinas (CEAF CAMP), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDOSO SUDESTE), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butantã (REDE BUTANTÃ), SIM-Serviço Integrado da Medicina (SIM), Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN (PAI ZN), Projeto Autismo - Vila Mariana (AUTISMO), CAISM Centro de At. Integrada a Saúde Mental VI. Mariana (CAISM), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC), Unidades de Atendimento Integrado UAI do Munic. de Uberlândia (UAI), Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP), Rede Ass.-Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), PAIS AMAS Hospitalares (PAIS AMAS), PAIS-Corporativo (CORPORATIVO), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba (PAIS PERUS), Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUDENTE), Rede Assist. da VI. Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS A.P. 5.3 (AP 5.3), PAIS UPA João XXIII (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (AP 3.2), PAIS A.P. 1.0 (AP 1.0), PAIS UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS-UPA Paciência (PACIÊNCIA), Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENTOS), Coord. de Emerg. Regional do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1 (LEBLON), Saúde Indígena Mato Grosso (M GROSSO), Saúde Indígena Pará (PARÁ), PAIS - UPA Zona Noroeste (NOROESTE), Hospital Universitário de Taubaté (TAUBATÉ), PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce (IRMÃ DULCE), PAIS - Medicina Diagnóstica e Hospital Dia (HOSP DIA), Clínica de Psiquiatria (CLINICA PQ), PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada (FORTALEZA), PAIS - UPA Bom Jesus (BOM JESUS), PAIS - UPA Lomba do Pinheiro (PINHEIRO), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Florianópolis (H FLORIPA), PAIS SAMU Santa Catarina (SAMU SC) e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO).

▶ **continuação** não pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles

internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27/03/2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório N° 7710/04.**

## MRC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.355/0001-29 – NIRE 35.300.190.998

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		306	406	Partes relacionadas	107	1.294	
Impostos a recuperar		18		Dividendos à pagar	4	305.419	101.609
Dividendos à receber	4	305.695	103.309		305.526	102.903	
		306.019	103.715	<b>Patrimônio líquido</b>	6		
<b>Não circulante</b>				Capital social	7.584.730	7.584.730	
Investimentos	5	10.153.266	9.473.332	Reservas de lucros	2.081.846	1.404.831	
				Ajuste de avaliação patrimonial	487.183	484.583	
<b>Total do ativo</b>		<b>10.459.285</b>	<b>9.577.047</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.153.759</b>	<b>9.474.144</b>
						<b>10.459.285</b>	<b>9.577.047</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção		
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>7.584.730</b>	<b>2.620</b>	<b>327.327</b>	<b>904.412</b>	<b>183.588</b>	<b>9.002.677</b>
Ajustes reflexos de controlada							
Adoção inicial do CPC 48					(85.259)		(85.259)
Mais valia de ativos da St. Mary's					23.565		34.363
Ajuste de inflação e variação cambial – IAS 29/CPC 42					31.065		31.065
Adoção inicial do CPC 42 – hiperinflação na Argentina					73.809		73.809
Mudança de prática contábil – valorização de cotas FIPs						(28.873)	(28.873)
<b>Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção de novas normas e reapresentação</b>		<b>7.584.730</b>	<b>2.620</b>	<b>327.327</b>	<b>904.412</b>	<b>(90.568)</b>	<b>299.260</b>
<b>Lucro do exercício</b>						516.925	516.925
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada						185.324	185.324
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						516.925	702.249
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Reversão de dividendos deliberados				33.706			33.706
Constituição de reserva legal	6 c)		21.391		(21.391)		
Dividendos distribuídos	6 b)			(187.983)	(101.609)		(289.592)
Retenção de lucros				303.357	(303.357)		
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>			21.391	149.080	(426.357)		(255.886)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	6 a)	<b>7.584.730,00</b>	<b>2.620</b>	<b>348.718</b>	<b>1.053.493</b>	<b>484.583</b>	<b>9.474.144</b>
Lucro do exercício						1.285.976	1.285.976
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto						2.600	2.600
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						1.285.976	1.288.576
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Reversão de dividendos deliberados				101.609			101.609
Perda no aumento de capital da Karmin				(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)		64.299		(64.299)		
Dividendos distribuídos	6 b)			(358.151)	(305.419)		(663.570)
Retenção de lucros				916.258	(916.258)		
<b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>			64.299	612.716	(1.285.976)		(608.961)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>7.584.730</b>	<b>2.620</b>	<b>413.017</b>	<b>1.666.209</b>	<b>487.183</b>	<b>10.153.759</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Considerações gerais**  
MRC Participações S.A. ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

**2. Apresentação e apuração das demonstrações financeiras**  
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

**2.1. Base de apresentação**  
**2.2. Demonstrações financeiras individuais**  
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.

**3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas**  
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

**5. Investimentos**

o financeiro, estão contempladas abaixo.

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

**(b) Investimentos**  
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

**(c) Apuração do resultado**  
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

**4. Partes relacionadas**  
**Saldos e transações com partes relacionadas**

	2019	2018	2019	2018
<b>Partes relacionadas</b>	<b>Dividendos a receber</b>	<b>Dividendos a pagar</b>		
Hejoassu Administração S.A.	305.695	103.309		
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)			305.419	101.609
	<b>305.695</b>	<b>103.309</b>	<b>305.419</b>	<b>101.609</b>

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

reflexo no resultado da investida Hejoassu/investida indireta Votorantim S.A., foi de R\$ 356.391.

### 6. Patrimônio líquido

**(a) Capital social**  
Capital social, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2019	2018
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Resultado equivalência patrimonial	5	1.287.138	518.988
<b>Despesas operacionais</b>			
Outras despesas operacionais		(1.150)	(768)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.285.988</b>	<b>518.220</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>95</b>	<b></b>
Resultado não operacional, líquido		(107)	(1.294)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.285.976</b>	<b>516.925</b>
Imposto de renda e contribuição social			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.285.976</b>	<b>516.925</b>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)		1,88	0,75
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.285.976</b>	<b>516.925</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado – reflexo de controlada em conjunto</b>		
Variação cambial de investimentos no exterior	24.001	388.915
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	23.067	(232.776)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(9.737)	39.496
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10.918	(18.463)
Outros reflexos de controladas e coligadas	(12.402)	(279)
	<b>35.847</b>	<b>176.893</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado – reflexo de controlada em conjunto</b>		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(33.247)	8.431
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.600</b>	<b>185.324</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>1.288.576</b>	<b>702.249</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.285.976	516.925
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(1.287.137)	(518.988)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(18)	
Aumento (diminuição) em outros passivos	(1.187)	1.294
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(2.366)</b>	<b>(768)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Dividendos recebidos	360.417	188.623
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>360.417</b>	<b>188.623</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos pagos	(358.151)	(187.983)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(358.151)</b>	<b>(187.983)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(100)</b>	<b>(128)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>406</b>	<b>534</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>306</b>	<b>406</b>
<b>Transação que não afetou o caixa</b>		
Reversão de dividendos	101.609	33.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**(b) Dividendos**  
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.285.976	516.925
Reserva legal	(64.299)	(21.391)
Base de cálculo dos dividendos	1.221.677	495.534
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.419	101.609
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%

Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R\$ 358.151, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.

**(c) Reserva legal e de retenção de lucros**  
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

**(d) Ajustes de avaliação patrimonial**  
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Maria Helena Moraes Scripilliti Presidente Clóvis Ermirio de Moraes Scripilliti Diretor Carlos Eduardo Moraes Scripilliti Diretor Regina Helena Scripilliti Velloso Diretora Maria Helena de Moraes Scripilliti Noschese – Diretora Paulo Midena Contador – CRC 1SP 171.463/O-9

